Disciplinas feitas no anterior plano de estudos	Feitas até	Disciplinas equivalentes no novo plano de estudos
Laboratório de Engenharia de Software Engenharia de Software e Laboratório de Engenharia de Software.	2004-2005 2004-2005	Laboratório de Engenharia de Software — 4.º Engenharia de Software — 3.º e Métodos Formais de Engenharia de Software — 3.º e Laboratório de Engenharia de Software — 4.º
Sistemas de Informação nas Organizações	2004-2005	Sistemas de Informação — 4.º
Sistemas Distribuídos	2004-2005	Sistemas Distribuídos — 4.º
Compiladores	2004-2005	Compiladores — 4.º
Laboratório de Gestão de Projectos	2004-2005	Laboratório de Gestão de Projectos — 4.º
Seminários	2004-2005	Seminários — 5.º
1 Optativa	2004-2005	1 Optativa (4.º ou 5.º)
Estágio Curricular	2004-2005	Estágio Curricular — 5.º

Observação. — Os casos omissos serão objecto de despacho do director da FEUP, sob parecer do director do curso.

14 de Março de 2005. — O Reitor, *José Ângelo Novais Barbosa*.

Deliberação n.º 497/2005. — Por deliberação da secção permanente do senado, em reunião de 2 de Março de 2005, foi aprovado o Regulamento do Programa de Mestrado e Doutoramento em Ciências do Serviço Social, realizado através da Universidade do Porto e do Instituto Superior de Serviço Social do Porto:

CAPÍTULO I

Objecto

Artigo 1.º

Objecto e participações

1 — A Universidade do Porto (UP), ao abrigo do protocolo de cooperação com o Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP), realiza o programa de mestrado e doutoramento em Ciências do Serviço Social, abreviadamente designado por programa, concedendo diplomas de pós-graduação e conferindo os graus de mestre e de doutor em Ciências do Serviço Social.

2 — Cooperam, de início, na realização do programa o ISSSP e, pela UP, a Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, a Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Economia, a Faculdade de Letras, a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e o Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, ficando em aberto a possibilidade de adesão de outras unidades orgânicas da Universidade.

3 — As unidades orgânicas da UP referidas no número anterior, em conjunto com o ISSSP, são designadas no presente Regulamento por entidades, ou instituições, cooperantes.

4 — Participa ainda no Programa, responsabilizando-se pela sua gestão operacional, o Instituto de Recursos e Iniciativas Comuns da Universidade do Porto (IRICUP).

orientação e realização de trabalhos realizados no âmbito do mesmo programa;

- c) Elaborar e submeter aos órgãos competentes das entidades cooperantes propostas de organização ou de alteração de planos de estudos ou de investigação, ouvida a comissão científica do programa, que devem incluir os respectivos objectivos e conteúdos programáticos;
- d) Solicitar, em cada ano lectivo, a leccionação das disciplinas do programa aos órgãos dirigentes das entidades cooperantes, tendo em conta que esta escolha deverá nortear-se pela garantia dos desejáveis níveis de qualidade;
- e) Elaborar e submeter à comissão científica do programa propostas de regimes de ingresso e de *numerus clausus*;
- f) Aprovar, no início de cada ano lectivo, as fichas de todas as disciplinas do Programa e assegurar que todos os procedimentos em vigor na UP relativamente a estas sejam cumpridos;
- g) Garantir a elaboração, por parte dos docentes, e a publicitação nas quarenta e oito horas subsequentes à sessão lectiva, dos sumários de todas as aulas efectivamente leccionadas no âmbito do programa;
- h) Elaborar anualmente um relatório sobre o funcionamento do programa, ao qual serão anexos os relatórios das disciplinas, a preparar pelos respectivos docentes responsáveis, e que deverão conter os conteúdos programáticos efectivamente leccionados e a justificação de qualquer desvio face aos conteúdos estipulados nos planos de estudos do programa;
- i) Organizar os processos de equivalência de disciplinas e de planos individuais de estudo;
- j) Promover a regular auscultação dos alunos do programa e dos docentes ligados à leccionação das disciplinas;
- l) Presidir às reuniões da comissão científica e da comissão de acompanhamento do programa;
- m) Representar o programa.

Artigo 4.º

Comissão científica do programa

1 — A comissão científica do programa é nomeada pelo reitor da UP para o desempenho de mandatos de quatro anos, sendo constituída pelo director do programa, que desempenhará as funções de presidente, e por mais 6 a 10 elementos, professores ou investigadores doutorados.

2 — São competências da comissão científica do programa:

- a) Promover a coordenação curricular do programa;
- b) Pronunciar-se sobre as propostas de organização ou de alteração dos planos de estudo, incluindo os conteúdos programáticos das disciplinas;
- c) Pronunciar-se sobre a solicitação de serviço docente do programa às entidades cooperantes;
- d) Pronunciar-se sobre propostas de regimes de reingresso e de *numerus clausus*;
- e) Elaborar e submeter aos órgãos dirigentes das entidades cooperantes os regulamentos do programa;
- f) Definir os requisitos mínimos a que deverão satisfazer os currículo e os trabalhos a apresentar pelos candidatos à prestação de provas de mestrado e de doutoramento;
- g) Manter os conselhos científicos das entidades cooperantes permanentemente informados das suas decisões, adequando-as às orientações gerais por eles aceites;
- h) Exercer, em articulação com a comissão paritária de ligação, as atribuições que a esta são conferidas no protocolo entre a UP e o ISSSP, firmado em 6 de Dezembro de 2000.

CAPÍTULO II

Organização do programa

Artigo 2.º

Órgãos de gestão e acompanhamento do programa

Para a gestão e acompanhamento do Programa são constituídos os seguintes órgãos:

- a) Director do programa;
- b) Comissão científica do programa;
- c) Comissão de acompanhamento do programa.

Artigo 3.º

Director do programa

1 — O director do programa é um professor da UP, membro da comissão paritária definida nos termos do protocolo de cooperação com o ISSSP, nomeado pelo reitor sob proposta da comissão científica do programa.

2 — São competências do director do programa:

- a) Assegurar o normal funcionamento do programa e zelar pela sua qualidade;
- b) Assegurar a ligação entre o programa e as entidades cooperantes, responsáveis pela leccionação de disciplinas ou pela

Artigo 5.º

Comissão de acompanhamento do programa

1 — A comissão de acompanhamento do programa é presidida pelo director do programa e constituída por mais três docentes ou investigadores e por três alunos do programa.

2 — A comissão de acompanhamento do programa compete verificar o normal funcionamento do programa e propor ao director do programa medidas que visem ultrapassar as dificuldades funcionais eventualmente encontradas.

3 — A comissão de acompanhamento do programa deverá reunir com uma periodicidade, no mínimo, trimestral.

Artigo 6.º

Leccionação de disciplinas e orientação de dissertações

1 — A responsabilidade pela leccionação das disciplinas incluídas no programa e pela orientação das dissertações de mestrado e de doutoramento será repartida pelas entidades cooperantes, de acordo com as respectivas especialidades.

2 — A proposta da repartição das disciplinas e orientações compete à comissão científica do programa, devendo o director do programa submetê-la a ratificação pelos órgãos competentes das entidades a que os docentes estão vinculados.

Artigo 7.º

Pessoal docente

1 — O número de docentes ETI padrão, resultante do número de alunos dos cursos, calculado conforme as disposições legais em vigor e os rácios estabelecidos para cada especialidade e curso, será atribuído integralmente às entidades envolvidas na leccionação do curso.

2 — O número total de docentes ETI a atribuir a cada entidade cooperante será calculado com base no tempo efectivo de serviço docente prestado por cada uma das entidades, afectado pelos seguintes factores de ponderação:

- Aulas teóricas — 2;
- Aulas teórico-práticas — 1,5;
- Aulas práticas — 1;
- Orientação de cada dissertação de mestrado — 0,2;
- Orientação de cada dissertação de doutoramento — 0,5.

Artigo 8.º

Pessoal não docente

1 — O número de não docentes ETI padrão, resultante do número de alunos dos cursos, calculado conforme as disposições legais em vigor e os rácios estabelecidos para cada especialidade e curso, será atribuído às entidades envolvidas na leccionação do programa e ao IRICUP.

2 — A repartição do número de não docentes referido no número anterior pelas entidades envolvidas deve ter em conta as responsabilidades das mesmas na gestão administrativa e financeira dos cursos, bem como na gestão técnica de infra-estruturas e laboratórios, sendo proposta pela comissão científica do curso e aprovada pelas direcções das entidades envolvidas e pela direcção do IRICUP.

3 — A atribuição de uma quota de funcionários não docentes ao IRICUP deve atender às necessidades do apoio, de carácter administrativo e financeiro, que este concede à gestão operacional do programa.

Artigo 9.º

Recursos materiais

1 — As actividades do programa decorrerão em instalações disponibilizadas pelas entidades cooperantes e acordadas entre o director do programa e as direcções dessas entidades.

2 — O orçamento de funcionamento resultante de transferências do Orçamento do Estado (OE) que em cada ano seja atribuído ao programa, calculado de acordo com a lei de financiamento do ensino superior, será distribuído de acordo com os seguintes princípios:

- a) A parte do OE correspondente ao número de docentes ETI será integralmente repartido pelas entidades cooperantes, de acordo com o critério definido no artigo 7.º do presente Regulamento;
- b) A parte do OE correspondente ao número de não docentes ETI será repartida pelas entidades cooperantes e pelo IRICUP proporcionalmente à distribuição destes mesmos ETI, conforme definido no artigo 8.º

2 — As verbas correspondente às propinas pagas pelos alunos, bem como a quaisquer subsídios atribuídos ao programa, depois de retirados 20% para o IRICUP, destinados a gestão operacional do pro-

grama, serão repartidas pelas entidades cooperantes em percentagens globais iguais às que resultarem da aplicação do disposto no número anterior para as transferências do OE.

Artigo 10.º

Gestão operacional do programa

O IRICUP assegurará a gestão operacional do programa, a qual, nomeadamente, incluirá:

- a) Apoio à divulgação do programa;
- b) Apoio à recepção de candidaturas;
- c) Apoio à selecção dos candidatos;
- d) Inscrições dos alunos;
- e) Cobrança das propinas e sua distribuição conforme definido no artigo 9.º;
- f) Apoio de secretariado às comissões de programa;
- g) Gestão financeira do programa;
- h) Apoio à elaboração do relatório anual do programa no que diz respeito aos aspectos administrativos e financeiros.

CAPÍTULO III

Cursos de mestrado

Artigo 11.º

Mestrados em ciências do serviço social

1 — O programa de mestrado e doutoramento em Ciências do Serviço Social acolhe um conjunto de acções de ensino, aprendizagem e investigação conducentes à atribuição do grau de mestre em Ciências do Serviço Social pela UP, com opção pelas seguintes áreas de especialização:

- a) Processos de Exclusão e Práticas de Inserção Social;
- b) Gerontologia Social;
- c) Saúde;
- d) Família, Infância e Juventude;
- e) Comportamentos Desviantes.

2 — As áreas de especialização a funcionar, em cada ano, serão definidas por despacho do reitor da UP, sob proposta da comissão científica do programa, a qual, como responsável pela coordenação do programa, poderá também propor a criação de outras áreas para além das indicadas no n.º 1 do presente artigo.

3 — Os cursos de mestrado serão objecto de regulamento específico próprio, que deve salvaguardar, nomeadamente, o disposto no artigo 13.º do presente Regulamento, no Regulamento de Mestrados da Universidade do Porto e na legislação geral aplicável.

4 — Cada curso de especialização conducente ao mestrado em Ciências do Serviço Social é organizado segundo um sistema de unidades de crédito ECTS, sendo as disciplinas de opção e respectivas unidades de crédito definidas, para cada ano, pela comissão científica do programa.

5 — A frequência e aprovação no curso de especialização conferem direito ao respectivo diploma de especialização, nos termos previstos no Regulamento de Mestrados da Universidade do Porto.

Artigo 12.º

Acesso e frequência dos cursos de mestrado

1 — São admitidos à candidatura à matrícula no curso de mestrado em Ciências do Serviço Social os detentores de:

- a) Licenciatura em Serviço Social, em áreas das Ciências Humanas e Sociais, da Educação e outras afins, com a classificação mínima de 14 valores;
- b) Licenciatura com classificação inferior, mediante avaliação curricular;
- c) Titulares de graus por universidades estrangeiras na área das Ciências Humanas e Sociais ou áreas afins, mediante avaliação curricular.

2 — O programa terá um número limitado de vagas, a fixar anualmente por despacho do reitor da UP, sob proposta da comissão científica e do director do programa, podendo ainda esse despacho estabelecer um quantitativo de vagas reservado, prioritariamente, a docentes do ensino superior, a candidatos de outros países ou ainda a diferentes públicos que justifiquem cabalmente a sua discriminação.

3 — Cada curso não poderá funcionar com um número de inscrições inferior a 10, admitindo-se, no entanto, que, sem prejuízo da disposição anterior, o número mínimo de inscrições em cada disciplina optativa possa baixar até 6, desde que tal se justifique em termos científicos e de custos envolvidos.

4 — Os candidatos à matrícula são seleccionados pela comissão científica do programa, tendo em consideração os seguintes critérios:

- a) Currículo profissional, científico e académico do candidato;
- b) Resultado da entrevista, completada ou substituída por prova académica de selecção, destinadas a avaliar a preparação dos candidatos em áreas científicas de base e os seus objectivos.

5 — Das decisões de selecção a que se refere o número anterior não cabe recurso, salvo se arguidas de vício de forma.

Artigo 13.º

Regulamentos dos cursos de mestrado

Os cursos de mestrado funcionarão de acordo com regulamentos específicos a propor pela comissão científica do programa e a aprovar pelo senado da UP, dos quais constarão, nomeadamente, os prazos de candidatura, matrícula e inscrição, os montantes das propinas a satisfazer pelos estudantes, a estrutura curricular, o calendário lectivo, os regimes de frequência e avaliação, a orientação, apresentação e forma de discussão das dissertações, a constituição e formas de deliberação dos júris, a expressão da avaliação final.

CAPÍTULO IV

Programa de doutoramento

Artigo 14.º

Doutoramentos em ciências do serviço social

1 — O programa de mestrado e doutoramento em Ciências do Serviço Social acolhe um conjunto de acções conducentes à atribuição do grau de doutor em Ciências do Serviço Social pela UP.

2 — A coordenação do programa é da competência da comissão científica respectiva.

3 — Os programas de doutoramento serão objecto de regulamento específico próprio, que deve salvaguardar, nomeadamente, o disposto no artigo 16.º do presente Regulamento, no Regulamento de Doutoramento da Universidade do Porto e na legislação geral aplicável.

4 — O programa de doutoramento organiza-se pelo sistema de unidades de crédito ECTS.

5 — Em cada ano, o director do programa, ouvida a comissão científica do programa, publicita o elenco de disciplinas oferecidas pela UP e pelo ISSSP, ao abrigo do protocolo firmado entre as duas instituições.

Artigo 15.º

Acesso e frequência do programa de doutoramento

1 — São admitidos como candidatos à matrícula no programa de doutoramento em Ciências do Serviço Social:

- a) Os titulares do grau de mestre em Serviço e Política Social, Economia, Psicologia, Sociologia, Direito, Saúde Pública, Saúde Mental, Ciências da Educação e de outras áreas científicas reconhecidas como relevantes;
- b) Os licenciados nas áreas acima mencionadas que tenham obtido a classificação mínima de 16 valores e os licenciados que, embora com classificação de licenciatura inferior, possuam um currículo que demonstre uma adequada preparação científica;
- c) Os titulares de graus equivalentes ao grau de mestre por universidades estrangeiras após avaliação curricular.

2 — A comissão científica do programa deliberará sobre eventuais pedidos de equivalência à parte escolar do programa de doutoramento, sob parecer da comissão científica do programa.

3 — A comissão científica do programa, com base em proposta fundamentada da comissão científica, efectua a ordenação dos candidatos que preenchem as condições de acesso referidas nos números anteriores com base nos seguintes critérios pela ordem por que são indicados:

- a) As classificações de licenciatura e de outros graus ou diplomas de pós-graduação detidos pelo candidato;
- b) O currículo académico e científico;
- c) O currículo profissional.

4 — Das decisões da selecção e ordenação a que se referem os três números anteriores não cabe recurso, salvo se arguidas de vício de forma.

5 — A cada aluno de doutoramento admitido é atribuída uma inscrição provisória, para vigorar por um ano probatório, contado a partir da data da deliberação da comissão científica do programa.

6 — A duração normal do programa de doutoramento é de quatro anos, devendo obter cada aluno, nos dois primeiros semestres que compõem o ano probatório, o total das unidades de crédito correspondentes à frequência das disciplinas curriculares para, no final desse ano, solicitar à comissão científica o registo do tema e do plano da dissertação, necessários para a concretização da inscrição definitiva.

Artigo 16.º

Regulamento do programa de doutoramento

O programa de doutoramento é desenvolvido de acordo com regulamentos específicos a propor pela comissão científica do programa e a aprovar pelo senado da UP, dos quais constarão, nomeadamente, os prazos de candidatura, matrícula e inscrição, os números de vagas, os montantes das propinas a satisfazer pelos estudantes, a estrutura curricular, o calendário lectivo, os regimes de frequência e avaliação, os regimes de prescrição e o limite de inscrições admitido para cada estudante, as condições de acesso à elaboração da dissertação, a orientação, apresentação e forma de discussão da mesma dissertação, a constituição e formas de deliberação dos júris, a expressão da avaliação final.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 17.º

Protocolo de cooperação

Considera-se como parte integrante do presente Regulamento o texto do protocolo de cooperação, firmado em 6 de Dezembro de 2000, entre a UP e o ISSSP.

Artigo 18.º

Dúvidas e omissões

1 — Os procedimentos respeitantes à organização do programa não contemplados no presente Regulamento são os previstos na lei geral e nos Regulamentos de Mestrado e Doutoramento da Universidade do Porto.

2 — As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente Regulamento que persistam serão esclarecidas por despacho do reitor da UP, ouvida a comissão científica do programa.

Artigo 19.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Diário da República*, aplicando-se aos cursos de mestrado e doutoramento já em funcionamento.

18 de Março de 2005. — O Reitor, *José Ângelo Novais Barbosa*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 3655/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 14 de Março de 2005, e sob proposta do conselho directivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, foi determinado o seguinte para o ano lectivo de 2005-2006, relativamente ao curso integrado de estudos pós-graduados em Literaturas Românicas da Faculdade de Letras desta Universidade:

Elenco de seminários e disciplinas e respectivos responsáveis a funcionar no ano lectivo de 2005-2006

1 — Disciplina:

1.º semestre — Metodologia do Trabalho Científico e Retórica Geral (obrigatória para todos os percursos), Prof.ª Doutora Maria Luísa Malato da Rosa Borralho Ferreira da Cunha.

2 — Seminários — de acordo com a especialização pretendida, e tendo em conta a possibilidade da frequência de seminários oferecidos por outros departamentos, sugerem-se os seguintes percursos:

1.º A «Idade Média» nas literaturas românicas;

1.º semestre:

«O Imaginário na literatura dos séculos XII a XIV», I, Prof. Doutor José Carlos Ribeiro Miranda;